



Figura 1 – Apresentação dos professores efetivos do magistério – 1969
Fonte: Acervo do CMG/Prof. Vale Ferreira.

O RESGATE HISTÓRICO DE UM PERÍODO DA ESCOLA NAVAL: O MAGISTÉRIO SUPERIOR MILITAR NAVAL

*Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-IM)
Hercules Guimarães Honorato¹*

INTRODUÇÃO

É chegado o momento de partir. Resta-nos dizer [...] Adeus Villegagnon [...] olhar ao redor e aceitar a ideia de que não somos mais teus donos. Fomos companheiros numa estranha conjunção pessoa matéria, ao longo de anos entre tuas muralhas, ouvindo o mar quebrar nas pedras e sonhando, impacientes, com o dia que agora chega [...].

(Adeus Villegagnon, autoria desconhecida, 1982)

Éramos jovens, em sua maioria vindos do Colégio Naval, um total de 131 alunos, sendo 50 oriundos de concurso público direto para a Escola Naval (EN), os nossos conhecidos “quebeques”². No ano de 1979, a nossa faixa etária era de 20 anos, quando começamos a dar os primeiros passos no solo sagrado e histórico da Ilha de Villegagnon. Passamos por um período de adaptação, com uma rotina diferen-

1 Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).

2 “Quebeques” - como eram conhecidos os alunos que passavam direto para a EN, alusão ao antigo Quadro Complementar, que completava, com jovens já graduados, os corpos e quadros da MB.

ciada: às 5h30 um cafezinho com biscoito seguido de uma “digestiva” ordem unida; após o verdadeiro café da manhã, mais informações, ordens unidas, atividades militares, almoço, parada, educação física, mais ordem unida e, assim, compreendemos o que era ser calouro.

Primeiro dia de aula, 5 de março de 1979. As turmas trocavam de salas para as novas disciplinas. Este Aspirante primeiranista, como todo calouro, corre de um lado ao outro, num subir e descer escadas acelerado e frenético, acabou chegando alguns segundos depois do professor, um militar fardado, no posto de Capitão-de-Fragata. Fazendo a devida continência para entrar, recebeu de imediato uma advertência verbal. A advertência foi lançada na sua ficha de ocorrência. Repito: no primeiro dia de aula, aconteceu um “atraso à aula de ITN³-3 no 6º tempo do dia 05/3”.

Este autor não era um Aspirante “bola sete”, apenas um esforçado estudante e um razoável atleta, mas teve em seus quatro anos na EN apenas um único “papiro branco”, parte de ocorrência por escrito, quase um mês depois dessa advertência verbal, dia 09 de abril de 1979. O fato em questão não parecia, a princípio, algo relevante ou mesmo impróprio para aquele calouro, mas outro professor militar foi taxativo e escreveu na ocorrência: “anotado por portar ostensivamente material de rancho em sala de aula”. No julgamento do Sr. Comandante do Corpo de Aspirantes (COMCA), foi mais um “repreendido” para a ficha.

Quatro anos depois, o jovem Oficial sairia marchando pelo portão histórico da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon, em 14 de dezembro de 1982, cantando “adeus minha escola querida, vou a Pátria servir”, retratando claramente, junto com os demais 146 Guardas-Marinha da turma “Alte Álvaro Alberto”, o elevado pertencimento de todos à MB, descrito na epígrafe acima. Neste momento da exploração do passado, cabe-nos uma questão: quem contribuiu para a formação desse pós-adolescente em um jovem militar das armas?

A tarefa principal da EN, instituição de ensino superior mais antiga do Brasil, é formar os Oficiais para os primeiros postos da carreira naval, garantindo-lhes um ensino superior de qualidade e estruturado na existência de um corpo docente equilibrado e competente,

3 ITN - Introdução à Tecnologia Naval.

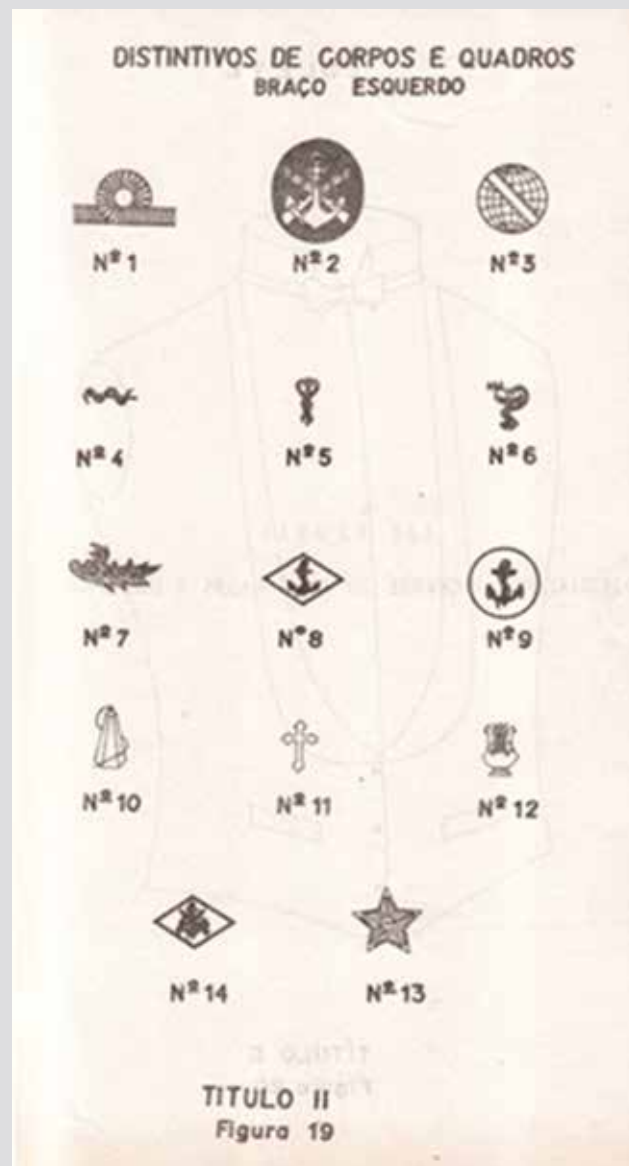


Figura 2 – O distintivo nº 13 é referente ao Magistério da Marinha

Fonte: RUMB – 1972.

que consiga transmitir, além dos conhecimentos acadêmicos necessários ao bacharelado, os valores militares importantes para a sua plena formação.

Este artigo tem por objetivo resgatar um passado recente da instituição, que teve em seu corpo docente, além dos professores civis, os professores militares, oriundos dos diversos corpos e quadros da Marinha, que eram também concursados. Para tanto, este estudo conta um pouco da história da formação do magistério superior militar naval e daqueles que representaram para os jovens Aspirantes, além de transmissores de ensinamentos

necessários à graduação, exemplos de valores militares e navais, tão importantes para sua formação.

A pesquisa é qualitativa, exploratória documental das normas e leis que regeram o magistério militar naval e atas do Conselho de Ensino à época. Para que fosse dada voz aos sujeitos da pesquisa, foi elaborado um questionário com dez perguntas abertas, encaminhado por *e-mail* ou carta à residência de cada professor militar.

O estudo em questão está dividido em duas seções principais. Na primeira parte, é tratado o magistério superior e, em especial, o militar naval propriamente dito, com uma breve história e uma contextualização à época. A seguir, são caracterizados os sujeitos da pesquisa e analisado o instrumento de coleta de dados.

O MAGISTÉRIO SUPERIOR MILITAR NAVAL

Breve história da constituição do magistério superior militar

Para dar respaldo a este estudo histórico, teremos que apresentar a Lei que passou a vigorar e deu força legal para que o magistério da Marinha fosse constituído e estruturado, além de estabelecer o regime jurídico do seu pessoal à época da década de 1960. A Lei em questão é a de nº. 4.128, de 27 de agosto de 1962, que foi complementada e regulada pelo Decreto nº. 60.612, de 24 de abril de 1967. O art. 4º da Lei citada estipulava que o magistério da Marinha seria exercido por professores efetivos, professores em comissão, professores contratados, e instrutores.

O professor efetivo seria nomeado pelo Presidente da República, mediante seleção feita em concurso de

títulos e provas, e, para as inscrições, todos os brasileiros que satisfizessem os requisitos estabelecidos em lei para o exercício do magistério teriam acesso. O candidato seria submetido a uma prova escrita e a uma prova didática, oral e pública, nas quais deveria revelar conhecimentos atualizados sobre a disciplina que iria lecionar. Havendo empate no concurso, teria preferência, para a nomeação, o candidato que contasse maior tempo de exercício nas funções de professor em

comissão, com parecer favorável do Conselho de Ensino ou de instruções do estabelecimento. A nomeação seria feita com a indicação da disciplina a ser lecionada e em caráter permanente.

O art. 19º dessa mesma Lei determinava que o Oficial, quando nomeado professor efetivo, seria transferido para a reserva remunerada no posto imediatamente superior ao que tivesse na ativa, “passando a figurar no Almanaque do Ministério da Marinha e no Boletim Mensal dos Corpos e Quadros da Armada em lista à parte, independentemente do cargo e quadro a que pertencia na ativa” (BRASIL, 1962, não paginado).

Em relação às promoções, o art. 20 estipulava que o Oficial da reserva remunerada, quando **professor efetivo**, seria promovido por tempo de serviço de modo que atingisse o posto de Capitão-de-Fragata ou de Capitão-de-Mar-e-Guerra quando contasse, respectivamente 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço efetivo. Fato interessante, que consta do parágrafo 2º deste artigo, é que o Oficial professor efetivo poderia optar pelos vencimentos dos professores civis efetivos de nível correspondente.

A fixação do número de professores efetivos, de nível de Ensino Superior, na Escola Naval, veio por intermédio do Decreto nº. 60.612, de 24 de abril de



Figura 3 – Platinas do Professor Militar
Fonte: Foto de Mônica Quevedo.

1967 (BRASIL, 1967), que em seu art. 1º estabelecia o número de quarenta e sete, relacionando a vaga à disciplina a ser ocupada. O art. 2º fixava em dezoto o número de professores efetivos de Práticas Educativas (Educação Física). À época, a EN tinha uma Superintendência de Ensino à qual eram ligados os seguintes departamentos: Matemática, Línguas, Armamento, Máquinas, Física, Química, Ciências Sociais, Armada, Ensino de Intendência e Operações de Desembarque. Segundo Bibiani (2010, p.78), “o corpo docente era constituído por poucos civis (nenhuma professora), a maioria dos quais de educação física e como técnicos de equipes, além de professores em comissão, professores catedráticos (regidos pela lei anterior) e instrutores”.

O primeiro concurso para o preenchimento dos cargos de professores efetivos da EN foi realizado em 1968, para as seguintes disciplinas: Balística, Contabilidade, Desenho Técnico, Direito, Economia, Educação Física, Eletricidade, Eletrônica, Estatística, Física, Geografia Econômica, História Naval e Militar, Inglês, Matemática, Mecânica, Merceologia, Português, Psicologia e Termodinâmica. Foram aprovados e nomeados, segundo a Ordem do Dia nº. 0040, de 12 de setembro de 1968, os seguintes Oficiais constantes do quadro a seguir, mostrados com o posto que exerciam à época da sua nomeação:

Posto	Nome	Disciplina
CF	Hugo Protogenes Guimarães	Termodinâmica
CC	Tacio Luiz de Carvalho e Silva	Matemática
CC (FN)	José Nelson de Moura	Desenho Técnico
CC	Aníbal Malta Ferraz Veloso	Psicologia
CT (IM)	Marco Aurélio Coutinho	Merceologia
CT	Celso de Almeida Parisi	Termodinâmica
1T (IM)	Luiz Fernando Lago Bibiani	Merceologia
1T	Antonio Luiz Porto e Albuquerque	História Naval e Militar
1T (A-FN)	Lourival Souza	Inglês

Quadro 1 - Relação dos Oficiais aprovados no primeiro concurso

Fonte: Escola Naval (1968).

Aconteceram mais três concursos, nos anos de 1969, 1971 e 1973, com um total de quarenta e dois

militares que se tornaram professores efetivos. Bibiani (2010, p.79) argumenta que “fato é que o magistério naval não provocou interesse entre a oficialidade em seus quatro concursos [...] embora dos aprovados boa parte fosse da ‘banda⁴’ de suas turmas, inclusive o 01 de uma delas”. Esse autor assinala que não houve um Quadro de Magistério propriamente dito, ainda que o almanaque dos militares registre a existência de professores militares em seus corpos de origem e como sendo da reserva remunerada.

Os professores militares davam aulas fardados, não davam serviço de pernoite e, em paralelo, podiam exercer outras atividades ou funções em empresas privadas, mas participavam de todas as cerimônias na EN, às vezes de representações, além de cursos, comissões de trabalhos e bancas examinadoras de concursos. Dois professores participaram de viagem de instrução, outros cursaram a Escola Superior de Guerra, e, de certa forma, não assumiram funções administrativas ligadas ao ensino (BIBIANI, 2010).

A Lei nº. 6.498, de 07 de dezembro de 1977, que organizou o professorado da Marinha e estabeleceu o regime jurídico do seu pessoal, “na prática encerrou o magistério militar naval, visto que tirava atrativos para a oficialidade da ativa” (BIBIANI, 2010, p.81). Esta Lei deu três opções para os professores efetivos militares. A primeira seria permanecer como professor efetivo militar, continuando a carreira; fizeram esta escolha 16 docentes dos militares já concursados. A segunda seria passar efetivamente para a inatividade no posto então ocupado, assumindo imediatamente o emprego de professor civil do magistério superior da Marinha, que, a princípio, seria celetista e depois estatutário; fizeram a opção onze professores militares. Por último, a escolha para passar efetivamente para a inatividade no posto então ocupado; com dez optantes. Alguns, por motivos diversos, já tinham deixado o magistério militar naval.

4 Banda - os primeiros colocados de qualquer turma/ano.

Ainda segundo Bibiani (2010), o Comandante Quevedo, último professor militar da EN, deixou de lecionar em 1985, mas o que foi considerado como divisor de águas para o encerramento do professorado militar foi o ano de 1979, quando a partir de maio daquele ano o corpo docente tomou um dos três rumos citados anteriormente.

OS NOSSOS MESTRES

As identidades profissionais dos professores, segundo Flores (2014, p.853, grifo nosso), dependem de alguns fatores: “da forma como se relacionam com seus alunos, da disciplina que ensinam, **dos papéis que desempenham**, dos contextos em que trabalham, [...], **da sua biografia**, das oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento profissional no local de trabalho, [...]”.

Na procura por desvelar essa identidade profissional do docente militar em sua prática cotidiana no ambiente da EN, houve também a produção de material empírico, por meio da aplicação de um questionário aos professores/militares remanescentes, o qual analisaremos a seguir.

Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Como foi possível perceber durante o desenvolvimento da pesquisa empreendida, os personagens que povoaram esse cenário formam a própria voz representativa do grupo que viveu a sua e a nossa história objeto deste artigo: os militares componentes dos diversos corpos e quadros que passaram, por concurso público, a exercerem a profissão de professores do ensino superior militar no final da década de 1960 e início da de 1970.

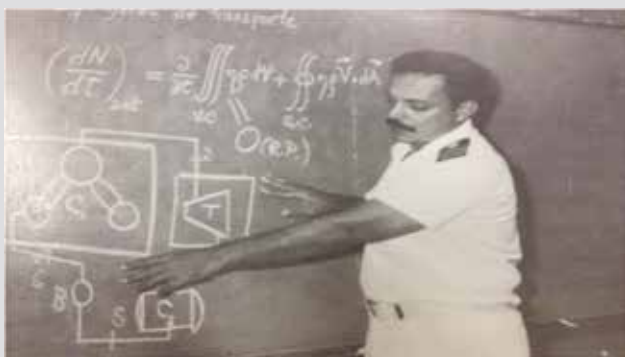


Figura 4 – Comandante Pamplona em aula 1979

Fonte: Revista Galera, 1983, p.70.

Assim, para a análise das respostas dos quinze professores do magistério militar e para garantia do sigilo das fontes, os respondentes foram nominados sucessivamente e aleatoriamente de P1 a P15. Além disso, é importante salientar que não serão tratadas todas as dez perguntas do questionário, pois isso não agregaria qualidade informativa, mas apenas aquelas mais conspícuas no contexto deste trabalho.

Análise do instrumento de coleta de dados

A primeira pergunta procurou entender a motivação que levou um Oficial de carreira, na maioria das vezes formado Oficial da Marinha pela EN, a prestar um concurso público e se transferir para o magistério militar naval, abrindo mão, com a sua decisão, de concorrer ao generalato, pois passaria imediatamente para a reserva remunerada, condições pétreas previstas na lei que estabelecia o concurso para docente idealizado da Marinha.

A grande maioria dos respondentes sinalizou o forte desejo em preparar os futuros Oficiais de Marinha associado ao sentimento vocacional para ser professor, o que P2 deixa claro quando retorna ao tempo em que era aluno do Colégio Militar do RJ, “quando admirava os oficiais professores das ciências exatas e naturais”. O que foi corroborado por P11, que, com sentimentos aflorados, explica que era “a junção de meus ‘três grandes amores profissionais’: *Marinha, Magistério e o Direito*” (grifo do autor).

Outro ponto reforçado pelos professores para esta questão era que eles já exerciam a atividade docente em outras instituições de ensino superior ou em colégios, como P4 descreve: “eu já era professor em faculdades e na Casa do Marinheiro, Colégio Almirante Saldanha da Gama”. P5 ratificou seu desejo de continuar a ser professor, função que já exercia há cerca de dez anos, “*acrescenta-se o empenho do então Diretor da Escola Naval no sentido de que, caso aprovado, pudesse funcionar como uma espécie de ponte entre os antigos catedráticos, em vias de extinção, e a nova geração de docentes que chegaria com o concurso*”.

Uma situação retratada por alguns professores militares, principalmente pelos que tinham formação em Engenharia Naval, foi a possibilidade de exercerem, além da docência do ensino superior militar naval, outra atividade fora do ambiente da Força, no meio civil.

P7 argumenta que “a carreira do magistério era muito atraente para mim, podendo também ser exercida na vida civil. A situação do país era muito favorável na área da construção naval (o Brasil chegou a ser o segundo construtor naval do mundo)”.

Um contra-argumento foi levantado pelo respondente P12, em que realça que “as promoções eram lentas à época, 1968, sentia uma falta de perspectiva e motivação na carreira, então fiz vários cursos civis buscando alternativas, tanto financeiras como de área de atuação. Na época, embora acreditasse em meu potencial, [...] pesou bastante o curto prazo.” Tal motivação emocional também foi retratada por P13, que, devido a alguns problemas de carreira vividos nos anos iniciais como Oficial e depois ao término do Curso de Engenharia Mecânica, foi designado para a Fábrica de Armamento da Marinha (FAM), “onde tive três anos de uma inesquecível experiência profissional. Com muita surpresa, em junho de 1973 fomos avisados da extinção da FAM e incorporação do seu pessoal ao AMRJ. O impacto emocional foi forte [...]”.

Podemos verificar, nas diversas respostas pinçadas, o caráter de vocação para o magistério e a experiência que tinham em lecionar no meio civil, além da possibilidade de continuar a exercer suas atividades profissionais fora do ambiente Marinha, ou mesmo a tentativa do reinício de uma nova carreira, que trouxesse uma motivação renovada com a possibilidade de formarem os futuros Oficiais da Marinha.

A outra questão analisada foi a que tentava dar voz aos respondentes sobre a opinião ou mesmo sobre o conhecimento que tinham acerca da motivação que levou a Alta Administração Naval, no final da década de 1960, a abrir concursos para o preenchimento de vagas de professores efetivos para o magistério superior militar com o quadro composto por militares com formação específica para as disciplinas elencadas.

Algumas respostas a essa pergunta foram diretas, como a de P2: “compôr um quadro efetivo de profes-

sos”. Já P3 acreditava “que a formação do Aspirante mereça tratamento diferenciado na competência do ensino acadêmico e no bom exemplo dos professores militares”, o que concordamos plenamente. P4 ainda argumenta, dentro deste mesmo tema, que “na época, a ideia era atrair os oficiais formados em faculdades para o magistério superior da marinha, tendo em vista que satisfaziam dois critérios básicos: competência e experiência, vivência militar”. P6 expõe que seria “selecionar os melhores militares para elevar o ensino, com a finalidade de trazer novas técnicas e conhecimentos para o enriquecimento do Corpo Docente da Escola Naval”. Neste mesmo caminho, P8 procura explicar que “dentre as várias hipóteses pode estar o aprimoramento da qualidade de ensino, a partir da es-

tabilidade e homogeneização do quadro, sujeito, até então, às constantes alterações, dentre os professores civis contratados ou militares em comissionamento”.

O que foi levantado durante a pesquisa bibliográfica exploratória inicial na Secretaria Escolar da Instituição, e que tem respaldo no que P13 argumenta, condiz com o pensamento da Alta Administração Naval, pois “Na época havia um consenso de ‘mudança tecnológica’ da

MB, talvez associada ao programa de construção das fragatas. Surgiu uma concepção de ‘oficial-engenheiro’, sendo, inclusive, incluída a EN no vestibular unificado de Engenharia. Daí a ênfase na necessidade de cadeiras tecnológicas e científicas mais especializadas (as básicas como Física, Química, Cálculo, etc. já vinham de longa data no currículo da EN). A formação de um quadro de professores para as matérias mais especializados (os concursos eram muito difíceis) e permanentes (fugindo da rotatividade exigida dos oficiais da ativa) parece ter sido a principal motivação da Administração Naval”.

A próxima questão levantada e analisada veio ao encontro do ensino superior militar, em que a caserna, o aquartelamento e a vida castrense se tornam também



Figura 5 – Visita da EN à Confederação das Associações Comerciais do Brasil

Fonte: Revista Anderson Clayton, n.28, ano VII, out./dez 1969, p.13.

formadores dos valores dos homens militares. A questão foi a seguinte: “O Sr. concorda que, além de serem Oficiais e professores, os senhores eram exemplos de militares e líderes para os Aspirantes?”

A resposta de alguns professores foi bem simples e direta: “*concordo plenamente*” (P1, P7, P8, P9, P10, P11, P13, P14, P15); “*sem dúvida*” (P2) e complementado por P3, “*o fato de estarmos ali no parlatório, o contato direto com os alunos, enfim no ambiente que era e foi também nosso*”. P4 ainda ampliou o seu sentimento, concordando com a pergunta afirmativa e realçando que “*os Aspirantes em geral nos tinham como exemplo intelectual e profissional*”. Mais simples em sua retórica, mas caminhando afirmativamente, P6 afirma que “*os professores militares, além dos assuntos pertinentes às suas matérias, traziam muitas experiências vividas nos navios e/ou estabelecimentos navais, respondendo em sala de aula, as perguntas dos futuros oficiais*”.

Uma interessante e enfática resposta a esta pergunta foi a de P12, na qual concorda sem dúvidas e ainda complementa que “*isto ficou mais patente quando a esmagadora maioria do professorado passou a ser civil. Daí a suma importância dos TTC. São capitais neste mundo que prima pela individualidade, existir mestres que representam o que os Aspirantes serão um dia, transferindo ética, vogas, tradições, gírias, é capital. Ou então teremos uma Escola de ótimo nível, apaisanada, que prepara pessoas para um trabalho, não uma carreira. Ressalto que já atualmente, por necessidade, a maioria da oficialidade tem a graduação de civis, com seus valores*”.

A última questão analisada neste estudo trata-se de uma volta ao passado dos militares que fizeram a opção para a docência efetiva. Foi perguntado se, caso voltassem no tempo, tornariam a optar pelo magistério naval. Na leitura das respostas daqueles que participaram da pesquisa, mas com total isenção de fatos e atos daqueles outros que não responderam, mas que foram nossos mestres, uma resposta norteou o imaginário coletivo desses senhores: “*Sim, com toda e absoluta certeza e sem a menor dúvida, foi uma grande experiência de vida, uma excelente oportunidade para aprender e apreender a amizade com todos, pois me realizei nessa atividade como educador, fazíamos um bom trabalho visando sempre à formação adequada dos Aspirantes.*”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos a parte final por agradecer aos nossos mestres, professores e militares. No período que passamos em Villegagnon, pudemos constatar a importância dos ensinamentos e do exemplo por eles transmitidos, na figura do companheiro militar mais antigo. Com sua experiência das lides marinheiras, transmitiam aos jovens Aspirantes, homens do mar e da solidão, a certeza do retorno ao caminho da excelência de nossa formação, tanto profissional como cidadãos do mundo.

A relação discutida e sempre questionada entre professor e aluno era minimizada, pois, antes de tudo, éramos todos militares. Vivíamos e respirávamos o ar marinho da Baía da Guanabara, com a nossa linha de visada apontando para a saída, mais cedo ou mais tarde, do túnel histórico e com peito inflado de sons e lágrimas, afinado o desafinado canto do adeus, do adeus minha escola querida, pois vou a Pátria servir. Saímos, e os nossos antigos mestres continuaram a prestar o seu serviço, o de ensinar, o de fazer com que aqueles jovens que por ali passaram vissem, no seu exemplo, a qualidade acadêmica devida e a sustentação estruturante de homens e militares forjados, que tinham muito para transmitir.

Se no passado se percebeu a necessidade de “engrossar” o corpo docente da EN com Oficiais de carreira, hoje, com as novas gerações do século XXI, esta necessidade é ainda maior. Para a missão de formar os novos Oficiais, o docente militar precisa atuar com uma prática pautada no compromisso e nos saberes delimitados pela competência, de forma a garantir as bases de um projeto de construção de militares com as características próprias e fundamentais da carreira, onde não há espaço para o improvisado. As falas dos docentes militares, personagens de uma vivência única e rica na EN, deixam claro quão importante é aliar conhecimento técnico/profissional e pedagógico ao comprometimento com a missão. Esse conhecimento e esse comprometimento são molas propulsoras para uma docência eficaz

Espera-se, portanto, que este artigo seja importante para a memória da nossa instituição maior, a Marinha do Brasil, pois a grande maioria dos atuais Oficiais Generais, aqueles oriundos da Escola Naval, e boa parte da sua oficialidade, tanto da ativa quanto da reserva, conheceram e tiveram como referências acadêmicas e militares os seus antigos “mestres” militares, e, com certeza, ainda guardam com carinho e saudade as aulas, as conversas e até as temidas e reconhecidas provas finais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBIANI, L. F. L. Magistério militar naval na EN: 1968-1985. In: *Revista de Villegagnon*, ano V, n.5, p. 76-82, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Lei n. 4.128, de 27 de agosto de 1962, regula o exercício do Magistério da Marinha. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4128-27-agosto-1962-353914-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 60.612, de 24 de abril de 1967, que fixa o número de Professores efetivos do Magistério da Marinha, dá nova redação a dispositivos de Regulamentação da Lei do Magistério da Marinha e revoga dispositivos da mesma Regulamentação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60612.htm>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. _____. _____. Lei n. 6.498, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o Magistério da Marinha e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6498.htm>. Acesso em: 02 mar. 2015.

ESCOLA NAVAL, *Ordem do Dia n. 0040*, de 12 de setembro de 1968, Nomeação e posse de Professores Efetivos, aprovados em concurso realizado pela Escola Naval, 1968.

FLORES, M. A. Discursos do profissionalismo docente: paradoxos e alternativas conceituais. *Revista Brasileira de Educação*, v.19, n.59, out./dez. p.851-869, 2014.



BASE DE HIDROGRAFIA DA MARINHA EM NITERÓI

Serviços realizados pela BHMN à Marinha do Brasil:

- Impressão de cartas náuticas por demanda (Plotter).
- Impressões diversas em offset e Impressora Digital, tais como: Aviso aos Navegantes, Almanaque Náutico, Atlas de Hidrovias entre outros.
- Agendas, calendários, cartões de visita, cartões memorando e cartões de agradecimento; folders, convites, envelopes, livro do navio e de ordens noturnas, revistas, publicações oficiais da MB; Informativos periódicos entre outros.

Fale conosco:

Departamento Industrial Gráfico:
(21) 2189-3332 ou (8112-3332).



CTP e Off-set



Plotter para impressão sob demanda de cartas náuticas



Publicações de auxílio a navegação